

Ata 1ª Comissão ENDA

A primeira reunião da comissão do Encontro Nacional de Direções Associativas (ENDA) teve início pelas dez horas e dezasseis minutos, do dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e um, mediada através da plataforma online zoom.

Estiveram presentes na reunião dirigentes das respetivas associações e federações:

- Associação Académica da Universidade da Beira Interior (AAUBI);
- Associação Académica da Universidade de Coimbra (AAC);
- Associação Académica da Universidade de Évora (AAUE);
- Associação Académica da Universidade de Lisboa (AAL);
- Associação Académica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (AAUTAD);
- Associação Académica da Universidade do Minho (AAUMinho);
- Federação Académica do Porto (FAP);
- Federação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico (FNAESP);
- Federação Académica de Lisboa (FAL).

Deu início a esta reunião o dirigente Rui Oliveira, Presidente da Associação Académica da Universidade do Minho, pedindo que se votasse a presença da dirigente da AAUMinho, Marta Ferreira, com o intuito de redigir a ata da presente reunião. Tendo sido aprovado por unanimidade, deu-se seguimento à reunião.

Sendo responsável pela coordenação da reunião, Rui Oliveira começou por propôr uma lista de tópicos a discutir na presente reunião, mas sobretudo, a serem trabalhados, posteriormente, por cada membro da comissão, através de propostas de soluções, a serem debatidas numa reunião decorrente. Desta forma, sugeriu que a comissão iniciasse os seus trabalhos pela revisão e caracterização do regimento na íntegra na intenção de, posteriormente, proceder à concetualização de um modelo do regimento e, por fim, encontrar as limitações do regimento, consoante aquilo que são as ameaças e oportunidades do ENDA. Questionou todos os presentes, que concordaram com a linha de trabalho proposta e deu seguimento à presente reunião, discutindo com os restantes membros potenciais temas relevantes a serem discutidos e reformulados, nomeadamente:

1. O modelo de votação e representatividade do ENDA;
2. Arquivo e Repositório;

3. Comunicação Social e impacto que o movimento tem, após a realização de um ENDA;
4. Questão pedagógica, isto é, a existência de espaço e tempo para que pessoas fora do movimento possam expor ideias/sugestões relevantes a serem discutidas em ENDA;
5. Ligação/Contacto do ENDA com entidades externas (Tutela, Assembleia da República, Partidos Políticos, etc);
6. Seguimento e feedback, no sentido de otimizar as decisões que saem do ENDA e, da mesma forma, definir quais as funções que a Comissão Organizadora tem nesta fase, com destaque na transição de dados entre comissões organizadoras e respetiva atualização dos mesmos;
7. Auscultação de elementos internos e externos ao movimento para a concretização da ordem de trabalhos;
8. Representação nos Órgãos Nacionais.

Rui Oliveira propôs, inicialmente, que todos pensassem no modelo de votação e representatividade do ENDA, no seu funcionamento, assim como na questão do arquivo do movimento, a fim de todos terem acesso ao seu legado, mantendo-o atualizado.

Ana Gabriela Cabilhas, representante da FAP, reforçou alguns pontos nesta discussão, nomeadamente, a relevância do papel da comunicação social, a pertinência de momentos de discussão anteriores aos plenários e, ainda, a importância da formação dos dirigentes.

Por último, considera a aproximação a entidades externas e representantes políticos como uma oportunidade de valorização do papel do ENDA e respetivo trabalho desenvolvido, sublinhando este aspeto como uma grande mais-valia para o movimento.

Gonçalo Melo, dirigente da FAL, destacou o ponto da organização dos trabalhos, de forma a otimizar o tempo despendido que não é produtivo e reforçou a importância da presença da comunicação social, ainda que esta possa não estar presente em todo o encontro. Acrescentou que, no pós-ENDA, é essencial garantir que os emails seguem corretamente, de forma a encontrar um método que faça com que todos estejam alinhados e o trabalho não “caia por terra”, ideia posteriormente reforçada pelo João Pedro, representante da FNAESP.

Henrique Gil, dirigente da AAUE, destacou a importância de a Comissão Organizadora colocar todas as associações e federações com conhecimento aquando do envio das moções, de forma a garantir o cumprimento das suas funções. Para além disso, apontou a dificuldade de encontrar o arquivo. Neste sentido, Ana Gabriela Cabilhas acrescentou que é pertinente encontrar um método, para que não exista inação do movimento ou das próprias associações e federações no momento

posterior da realização do ENDA, tendo o Ricardo Nora, representante da AAUBI, apontado como dificuldade a constante desatualização da lista de contactos.

João Pedro realçou que não saiu qualquer posição por parte do movimento associativo no último encontro, dando a perceção externa de que não saem posições do ENDA o que, a concretizar-se, poderia, na sua perspectiva, resolver a questão da não repetição dos temas levados para discussão, propostos na ordem de trabalhos. Seguidamente, Ricardo Nora conotou como lacuna esta questão, uma vez que foi enviada mensagem a todos, pedindo opinião para temáticas a ser abordadas no último ENDA, não tendo grandes contributos por parte da maioria, o que levou a que se discutissem temas anteriormente trabalhados.

Rui Oliveira acrescentou que não existem comissões permanentes ou grupos que trabalham recorrentemente os mesmos assuntos e que esta pode ser uma solução interessante, na medida de promover a discussão e propor temas no ENDA que já tenham sido trabalhados de forma mais aprofundada. Questionou se todos os presentes concordavam com estes grupos de trabalho mais contínuo, que não se devem fixar apenas no momento do ENDA. Neste sentido, levantou como possibilidade os órgãos nacionais terem uma ligação ou acompanhamento destes grupos de trabalho. Na sua perspectiva, ainda que o representante pudesse ser uma pessoa eleita, sugere uma equipa alocada a esta função, que possa contribuir de forma semelhante.

Por fim, Henrique Gil acrescentou o ponto da duração do ENDA, ressaltando a quantidade de horas diárias, assim como de dias, sugerindo que a sexta-feira pode ser uma mais-valia neste sentido. O dirigente da AAUE considera, ainda, que o ponto relativo aos órgãos nacionais poderá não ser muito viável, uma vez que se torna difícil definir quem fica responsável por esta função. Desta forma, propôs que pudesse existir uma obrigatoriedade periódica da pessoa eleita, para que os trabalhos não se cinjam ao momento do encontro. Desta forma, propôs que deveriam estar definidas no regimento do ENDA as obrigações da pessoa eleita para o determinado órgão, para que se a mesmo estiver em falta, se possa corrigir a situação. Já noutro tópico, Henrique Gil mostrou recetividade relativamente à comissão permanente, devido à volatilidade da passagem de pasta de muitas associações.

Rui Oliveira tomou da palavra e questionou qual o melhor método para tratar estes temas, após a presente reunião, tendo o Henrique Gil sugerido a criação de uma drive para que todos pudessem deixar contributos. Neste ponto, Ana Gabriela Cabilhas reforçou a necessidade de compromisso, a fim de operacionalizar as ideias que são trabalhadas na presente reunião. Considera que na

reunião decorrente o foco deverá ser nos tópicos, de forma mais aprofundada e concreta, ainda que aponte esta reunião como um bom ponto de partida, subscrito por Rui Oliveira.

O mesmo, comprometeu-se a deixar estes tópicos na drive a ser criada, aguardando o contributo de todos, dando assim por terminada a reunião.

Ata 2.ª Comissão ENDA

A segunda reunião da comissão do Encontro Nacional de Direções Associativas (ENDA) teve início pelas quinze horas e vinte e sete minutos, do dia catorze de outubro de dois mil e vinte e um, em modelo misto, presencialmente e através da plataforma Zoom.

Estiveram presentes na reunião dirigentes das respetivas associações e federações:

- Federação Académica do Porto (FAP);
- Federação Académica de Lisboa (FAL).
- Federação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico (FNAESP);
- Associação Académica da Universidade de Évora (AAUE);
- Associação Académica da Universidade do Minho (AAUMinho);
- Associação Académica da Universidade de Aveiro (AAUAv)
- Associação Académica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (AAUTAD);
- Associação Académica da Universidade da Beira Interior (AAUBI);

Rui Oliveira, dirigente da AAUMinho, deu início à reunião que seguiu a seguinte ordem de trabalhos:

1. Representação nos Órgãos Nacionais;
2. Consulta interna e externa na ordem de trabalhos;
3. Seguimento e feedback;
4. Ligação e contacto com Entidades Externas;
5. Componente Formativa (ideias/sugestões externas);
6. Comunicação Social e Impacto do ENDA;
7. Arquivo e Repositório;
8. Modelo de votação e representatividade do ENDA.

No **ponto 1, “Representação nos Órgãos Nacionais”**, Rui Oliveira sugere a criação de um momento de auscultação dos membros dos Órgãos Nacionais.

João Pedro, da FNAEESP, tomou a palavra para partilhar que os seus órgãos nacionais já o fazem, sendo que resulta muito bem, em sede de assembleia geral. Aqui apresentam, de 3 em 3 meses, os relatórios e abrem a sua discussão. Aproveitou a intervenção para informar que foi eleita a Inês Silva para representar os estudantes das Instituições Politécnicas na A3Es.

Henrique Gil, da AAUE, partilhou que aqueles que são nomeados, no ENDA, como representantes nos órgãos nacionais devem participar nos ENAs, dando algum feedback e inputs.

Ana Cabilhas, da FAP, concordou que a apresentação em ENA destes representantes pode ser uma opção, mas a responsabilidade de dar um feedback e de procurar auscultar, será das pessoas eleitas para esses órgãos.

Rui Oliveira, da AAUMinho, interveio dizendo que esta proposta surge de uma falta de auscultação por parte destes membros e isto daria-lhes alguma responsabilidade, motivando uma maior intervenção destes nos órgãos. Refere que isto é algo que tende a falhar, daí ser importante criar mecanismos de incentivo. Terminou, questionando se faz sentido haver esta auscultação e onde poderia ser, em ENDA ou ENA.

António Alves, dirigente da AAUAv, levantou a questão do número de mandatos para os quais o membro do órgão nacional é eleito, dizendo que, por vezes, é excessivo e faz com que esteja nomeado alguém que já não está em nenhuma estrutura estudantil, o que limita, também, a sua motivação, interesse e ação. Desta forma, considerou importante perceber se queremos limitar o tempo de mandato nos órgãos nacionais.

Rui Oliveira questionou se a eleição anual faz sentido, dando o exemplo do senado académico, cuja nomeação é de 4 em 4 anos, com a direção da AAUMinho a ser anual.

Gabriela Cabilhas questionou João Pedro sobre o modelo da FNAEESP, se é só um ano e se sim, se um ano não será pouco dada a complexidade de cada órgão.

João Pedro respondeu que ser anual, acrescentando que isto cria uma maior responsabilidade aos representantes ao criar uma maior dinâmica aos órgãos pela maior pressão e responsabilização.

António Alves propõe que façamos a regra de que cada representante tenha um mínimo de 1 ano de experiência, definindo um período mínimo e um período máximo como representante no órgão.

Ana Cabilhas considera que um ano será pouco tempo pela complexidade dos diferentes órgãos, uma vez que para realmente se obter resultados podem ser necessários mandatos maiores. Acrescentou confiar no compromisso e na responsabilidade de quem se candidata e dos membros do ENDA que votaram. Refere que existem outras formas de responsabilizar os representantes, como ter uma maior periodicidade na entrega e apresentação dos relatórios.

Francisco Maria, da FAL, destacou que o modelo do ENDA funciona porque é simples e que devemos ter cuidado em criar regras que complexificam o encontro.

Rui Oliveira considerou que a responsabilidade dos representantes tem sido volátil, pelo que o modelo que existe hoje não está a funcionar. Referiu, depois, que estes são

órgãos de consulta, pelo que a sua permanência só faz sentido enquanto os representantes fazem parte das Associações.

Ana Cabilhas considerou este tema complexo e agora que também já teve a oportunidade de ouvir as diferentes opiniões irá pensar e discutir o assunto dentro da FAP, nomeadamente com aqueles que já tiveram nos órgãos nacionais. Para além disto, e relativamente ao assunto inicial, sugeriu que a auscultação dos membros dos órgãos nacionais fosse feita em ENAs.

Rui Oliveira propôs as seguintes propostas a serem aprofundadas:

- Criação de momentos de auscultação;
- Maior controlo do trabalho dos membros dos órgãos nacionais pela:
 - Limitação definida de mandatos nos órgãos, para maior controlo da ação dos membros dos órgãos nacionais;
 - Limitação de mandatos consoante o tempo de mandato na AE;
 - Limitação de mandatos até a um máximo de 1 ano após cessar funções na AE.

No **ponto 2, “Consulta interna e externa da ordem de trabalhos”**, Rui Oliveira deu duas sugestões:

- Auscultação dos diversos organismos de gestão do ensino superior - previamente à realização de cada ENDA, endereçar um e-mail a questionar possíveis temas sobre os quais gostariam de obter a posição do movimento associativo;
- Reunião preparatória com o “ENA” – previamente ao ENDA, realização de um ENA para a articulação da ordem de trabalhos.

Ana Cabilhas concordou com a segunda proposta. Relativamente à primeira proposta, referiu ser estranho sermos nós a questionar os organismos de gestão do Ensino Superior e que poderia passar uma mensagem de pouca maturidade da parte das Associações.

Rui Oliveira, pelo contrário, considera que demonstra maturidade e que, muitas vezes, após os ENDAs recebemos pedidos de posição que não foram discutidos em ENDA e que deveriam ter sido. Destacou, também, que seremos nós a discutir, em sede de ENA, se as propostas destes órgãos fazem ou não sentido serem colocados na ordem de trabalhos.

António Alves concordou com Rui Oliveira e a Ana Gabriela acrescentando que acha que a primeira proposta nos pode deixar numa posição desconfortável, caso os organismos de gestão do ES não obtenham resposta.

Rui Oliveira resumiu dizendo, as propostas para serem melhor:

- Existência de ENA para a articulação da ordem de trabalhos;
- Existência de ENA para a auscultação, pela comissão organizadora, da ordem de trabalhos;
- Auscultação, por e-mail, dos organismos de gestão do Ensino Superior, questionando sobre temas sobre os quais gostariam de obter a posição do movimento estudantil, para posteriormente ser avaliado em ENA, em conjunto com a Comissão Organizadora;
- Definir quem seriam as entidades externas de auscultação.

No **ponto 3, “Seguimento e feedback”**, Rui Oliveira sugere haver um compromisso falado e não escrito do envio deste feedback.

Henrique sugeriu que a comissão organizadora, quando envia os e-mails com as moções finais deve colocar as Associações Estudantis em conhecimento.

Ana Cabilhas partilhou que as alterações que podem ser feitas no regimento são limitadas. Referiu que devemos fomentar a confiança e não a desconfiança ao obrigar a colocar os membros em CC nos e-mails. Depois disse que cada Associação também tem a responsabilidade de estar atento e questionar pelas informações, se estas não são dadas pelas comissões organizadoras.

Rui Oliveira concluiu a discussão dizendo que não existirá propostas de alteração no regimento sobre este assunto, mas sim alterações da organização interna.

No **ponto 5, “Ligação e contacto com Entidades Externas”**, Rui Oliveira propôs a existência de momentos de conversa com membros que tenham trabalho desenvolvido no tema plenário, previamente ao seu início. Para além disto, pediu algumas sugestões.

Ana Gabriela sugeriu juntar os pontos 4 e 5, “Componente Formativa”, em que Rui Oliveira sugere a existência de um tema de ação das estruturas para partilha de boas práticas e atividades que as Associações desenvolvam, em todos os ENDAs.

João Pedro concordou, destacando a importância da formação dos dirigentes associativos sobre estes temas. Sugeriu, depois, usar o dia que antecede o ENDA e os momentos antes dos plenários.

António interveio para alertar para a importância de haver menos plenários, se optarem por haver estes momentos prévios. Por fim, alertou para ainda a existência de vários plenários repetidos, de ENDA para ENDA.

Ana Cabilhas, partilhou a opinião do António, sendo a favor de alguns momentos informais prévios aos plenários, sem aumentar a complexidade do programa.

Rui Oliveira questionou, depois, sobre que áreas podem ser abordadas, sugerindo, para além da política educativa, a organização interna das estruturas.

Ana Gabriela discordou, dizendo devem ser temas relacionados com as discussões do ENDA.

Rui Oliveira resumiu as propostas:

- Momentos formativos;
- Definição de áreas para os momentos formativos, por exemplo, política educativa, organização interna das estruturas.

No **ponto 6, “Comunicação Social e Impacto do ENDA”**, Rui Oliveira sugeriu a criação de uma conferência de imprensa posteriormente à realização do ENDA, abrindo a discussão a sugestões.

Ana Gabriela partilhou que a sua perspetiva é que se for no decorrer da discussão o foco poderá passar para divergências das diferentes Associações e não para a tomada de posição do movimento. Referiu que a imprensa apenas deverá estar presente após a saída da nota de imprensa e que a comunicação com a mesma deve ter em conta esta nota.

João Pedro questionou quem seria a pessoa responsável por representar e falar nessa conferência de imprensa, ao que Rui Oliveira sugeriu ser alguém nomeado no plenário final, sendo que as informações a passar seriam, como dizia a Ana Gabriela, as aprovadas na nota de imprensa.

Para além disto, Rui Oliveira levantou a mensagem do Presidente da República no último encontro com o movimento, em que este afirmou que o Ensino Superior precisa de estudantes que discutam e reivindiquem. Sendo que estas conferências de imprensa poderiam ajudar nesse trabalho, permitindo-nos ter um impacto na sociedade.

Por sua vez, Ana Cabilhas considera que é uma questão estrutural, uma vez que não conseguimos resultados porque as Associações não se unem e, em conjunto com Rui Oliveira, resumiu o ponto dizendo que devem ser promovidos mais encontros dentro do movimento e que nos momentos de partilha de boas práticas exista esse trabalho de articulação.

No **ponto 7, “Arquivo e Repositório”**, Rui Oliveira sugeriu a existência de uma moção aprovada, na sua generalidade, anualmente ou bianualmente, sendo que as moções apresentadas em ENDA seriam propostas de alteração à moção existente, no sentido do seu enriquecimento, aprofundamento ou alteração.

António Alves concordou e acrescentou que poderia ser uma forma de corrigir o que tem vindo a acontecer: de haver plenários repetidos entre ENDAs e de serem aprovadas moções semelhantes entre ENDAs.

Rui Oliveira acrescentou que o documento geral deveria ser escrito por uma comissão específica para o efeito, tendo plenários ou ENDAs específicos para isso.

João Pedro, realçou que este documento será interessante para perceber o histórico das diferentes posições entre direções da mesma Associação. Depois questionou sobre o repositório que já existe. Rui Oliveira referiu que este repositório existe mas que não temos a prática de, por exemplo, reverter tomadas de posição prévias, o que seria possível com esta proposta.

Ana Gabriela partilhou que a conceção teórica é interessante, mas dada a complexidade da sua prática não acredita que a sua implementação será, realmente, possível. Acrescentou que a dificuldade da manutenção do atual arquivo/repositório existente será prova disso.

Rui Oliveira discordou, dizendo que esta metodologia é menos exigente e complexa do que o atual modelo do repositório, explicando que as Associações já estão a propor a alteração do documento e a comissão organizadora consegue facilmente alterar o documento geral.

João Pedro partilhou que a complexidade da imposição do modelo não deverá ser critério de escolha, mas que é importante saber quem seria a pessoa responsável pela atualização.

Ana Gabriela referiu que está disponível para perceber como simplificar o processo, mas que é importante perceber temas prioritários e como seria escrito o documento de forma coesa, harmoniosa, útil e prático.

Rui Oliveira respondeu dizendo que a ideia é que o documento seja genérico e simples, apenas com as posições prioritárias, aprovadas e defendidas, sem os textos introdutórios de cada um.

Finalmente Ana Gabriela propôs o envio da atualização do arquivo, por correio eletrónico, a todos os estudantes; e a atualização e disponibilização da base de contactos no arquivo/repositório.

No **ponto 8, “Modelo de votação e representatividade do ENDA”**, Rui Oliveira sugeriu 4 modelos de votação:

- Representatividade direta: cada associação possui número de votos com proporcionalidade direta do número de estudantes que representa;
- Modelo Misto: as votações em ENDA são aprovados em ambos os modelos, representatividade direta e voto único por associação;
- Votos correspondentes por UOEI: Cada associação tem o número de votos correspondentes à Unidades Orgânicas que representa, normalizando as diferentes Associações Estudantis;
- Aprovações com mais representatividade: são aprovados em ENDA votações que obtenham mais de 75%/80%, dos votos dos delegados.

João Pedro, destacou que os seus associados representam um número diferente de estudantes, pelo que, em todas as propostas, estará a diferenciar associados, o que a FNAEESP não concorda em acontecer.

Sobre a terceira proposta, discordou, dando o exemplo de que se alguém tem 6 escolas pode ter 6 comandos, e representar menos estudantes do que alguém que tem 5 escolas, o que não parece justo.

António Alves, não concorda com o modelo atual, referindo que este é injusto pela falta de representatividade direta. Para além disto, partilhou que considera que a presença das Associações e Federações Académicas é mais frutífera, pela natureza do seu trabalho e da sua ação na representação e na política educativa, dando o exemplo de que uma Associação de uma área de ciências não conseguirá dar tantos contributos num ENDA como uma Associação que engloba outras associações e representa os mais variados estudantes. Relativamente aos modelos propostos diz que terá de os analisar mais a fundo.

Ana Cabilhas, partilhou que a FAP acredita no modelo vigente, de forma a valorizar as associações de menor dimensão e a fazê-las sentir parte da discussão. Ao contrário do que afirmou António Alves, Ana Cabilhas, não considera que uma alteração ao modelo leve a um maior consenso ou alinhamento, mas a uma sobrevalorização das estruturas que representam um maior número de estudantes, o que não é positivo, pois um dos objetivos do ENDA é ser um fórum de concertação, sendo que considera que isso é possível pelo modelo atual. Acrescentou que um modelo que se reja pelo número de estudantes que cada estrutura represente seria algo que traria uma maior

complexidade ao processo deliberativo, uma vez que teria de se averiguar o número de estudantes representados por cada instituição.

Rui Oliveira e António Alves, referiram que tal como as associações mais pequenas não se sentem valorizados com outros modelos, outras Associações também não se sentem representados nem valorizados com o atual modelo.

António Alves acrescentou que não escolheu o melhor modelo, para conjuntamente decidirem o que pode ser melhor para ambos os lados.

Neste ponto da discussão apenas estavam presentes Rui Oliveira, da AAUMinho, Ana Cabilhas, da FAP, e António Alves, da AAUAv, sendo que a discussão foi finalizada com a nota de que é necessário e de extrema importância que esta discussão aconteça com os restantes intervenientes.

Não tendo havido outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada.

Ata 3.ª Comissão ENDA

A terceira reunião da comissão para a revisão do regimento do Encontro Nacional de Direções Associativas (ENDA) teve início pelas vinte e uma horas e cinquenta e um minutos, do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois, na sede da Associação Académica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e em modo digital, através da plataforma Zoom.

Estiveram presentes na reunião dirigentes das respetivas associações e federações:

- Federação Académica do Porto (FAP);
- Federação Académica de Lisboa (FAL).
- Federação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico (FNAEESP);
- Associação Académica da Universidade de Évora (AAUE);
- Associação Académica da Universidade do Minho (AAUMinho);
- Associação Académica da Universidade de Aveiro (AAUAv)
- Associação Académica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (AAUTAD);
- Associação Académica da Universidade da Beira Interior (AAUBI);
- Associação Académica da Universidade de Coimbra (AAC);

Duarte Lopes, dirigente da AAUMinho, deu início à reunião que seguiu a seguinte ordem de trabalhos:

1. Representação nos Órgãos Nacionais;
2. Consulta interna e externa na ordem de trabalhos;
3. Seguimento e feedback;
4. Ligação e contacto com Entidades Externas e Componente Formativa (ideias/sugestões externas);
5. Comunicação Social e Impacto do ENDA;
6. Arquivo e Repositório;
7. Modelo de votação e representatividade do ENDA.

Duarte Lopes começou por explicar que nesta reunião iriam ser definidas as orientações/sugestões de alterações ao regimento do ENDA, a serem apresentadas no neste ENDA Minho 2022. Acrescentou que, de acordo com o atual regimento, será neste ENDA que irá ser marcado e aprovado o ENDA extraordinário que permitirá proceder às alterações do regimento.

No ponto 1, “**Representação nos Órgãos Nacionais**”, Duarte interveio abrindo a discussão às propostas definidas na última reunião:

- Criação de momentos de auscultação;
- Maior controlo do trabalho dos membros dos órgãos nacionais pela:
 - Limitação definida de mandatos nos órgãos, para maior controlo da ação dos

membros dos órgãos nacionais;

- Limitação de mandatos consoante o tempo de mandato na AE;
- Limitação de mandatos até a um máximo de 1 ano após cessar funções na AE.

Relativamente à criação de momentos de auscultação, Ricardo Nora, da AAUBI, referiu que o regimento atual já prevê uma “perda de mandato caso os membros efetivos eleitos para os órgãos nacionais não apresentem relatórios do cargo que exercem em dois ENDA’s ordinários consecutivos ou interpolados”. Deste modo, concluiu-se que este ponto do Regulamento Eleitoral deve estar, também, presente no Regimento do ENDA.

Sobre a limitação de mandatos, Wilson Carmo, da AAUA_v, defendeu que deveria haver um teto máximo da presença de um membro num órgão nacional, sugerindo que esse teto fosse de 2 anos. Para além disso, defendeu que um membro deveria cessar funções automaticamente quando deixa de ser dirigente associativo.

Ana Gabriela, da FAP, questionou se o ser dirigente associativo será sinónimo de perda do compromisso assumido em ENDA, questionando o que consideravam como “dirigente associativo”, isto é, se estar nos órgãos da direção, mesa de assembleia geral, conselho fiscal.

Wilson Carmo respondeu que este indivíduo, não sendo já dirigente, já não representa o movimento, a Associação ou os estudantes, pelo que não deveria estar num órgão nacional que os deverá representar.

Ana Gabriela, pelo contrário, considerou que alguém que deixou de ser dirigente associativo não significa, necessariamente, que deixa de ser alguém capaz de acrescentar valor e com as competências certas para estar no órgão. Acrescentou que limitar os mandatos a 2 anos, especialmente em órgãos que reúnem 1 ou 2 vezes por ano, pode ser prejudicial para o movimento, uma vez que pode não ser tempo suficiente para o membro se integrar e participar verdadeiramente no mesmo.

João Pedro, da FNAEESP, partilhou que os membros eleitos para os órgãos nacionais na FNAEESP têm a limitação anual de mandatos, sendo que qualquer estudante pode ser candidato. Considera que os dirigentes são uma mais valia, uma vez que estão mais por dentro dos assuntos de política educativa. Acrescentou que limitar os mandatos pode não ser a solução, mas sim a criação de mecanismos de motivação e de acompanhamento, como a FNAEESP também faz quando os membros apresentam relatórios de 3 em 3 meses.

João Machado, da FAL, considera que não devemos limitar mandatos com base no ser ou não dirigente associativo, mas sim no facto de ser ou não estudante, justificando com o facto de muito dirigentes associativos em direções com mandatos de um ano civil terminando o curso em junho não deixam a direção nos meses seguintes e isso não significa que são melhores ou piores dirigentes. Acrescentou que caso se siga para a limitação de mandatos considera que 2 anos será o ideal.

Ricardo Nora concorda com a limitação de 2 anos, considerando que a apresentação do relatório de 6 em 6 meses poderá ser difícil. Questiona se o atual Regimento prevê a destituição de um membro. Foi visto que não e essa adição foi aceite, entre todos os presentes.

Ana Gabriela considera estranho estarmos a ir contra o previsto na lei orgânica dos respetivos órgão, à luz do que acontece em alguns dos Conselhos Gerais, dando o exemplo do CNE. Acrescentou que estaremos a menosprezar aquilo que deve ser a igualdade dos estudantes perante outros corpos.

Duarte Lopes discordou da visão, referindo que os estudantes se sentem menosprezados nestes órgãos porque estão em menor número e não porque cada um deles está menos tempo no órgão, ressaltando que o importante é haver representação estudantil.

Ricardo Nora, considera que como estudante a fazer uma licenciatura de 3 anos, gostava de ter oportunidade de eleger o representante durante o seu percurso. O que não consegue fazer, no caso do CNE. Para além disto, considera que 4 anos retira a possibilidade de novos dirigentes poderem ter a oportunidade e de contribuir no órgão. Wilson Carmo, concordou, considerando que é um voto de humildade e não de menosprezo do movimento associativo, uma vez que reconhecemos que o movimento estudantil tem necessidades diferentes de outros membros, de diferentes corpos.

João Pedro, deu a nota que, segundo o Regimento, um indivíduo para se candidatar a um órgão nacional tem de ter credencial da Associação de Estudantes. Isto significa que não tem necessariamente de ser um dirigente associativo, mas tem de ter o voto de confiança da respetiva AE.

Ana Gabriela levantou a questão da necessidade de definirmos um número de votos necessários para a destituição. Duarte sugeriu ser por maioria qualificada, ao que Wilson acrescentou que deveria haver, também, um mínimo de proponentes.

Duarte Lopes resumiu as propostas acordadas entre todos:

- Prever o Artigo 7.º, ponto 4 e 5, no Regimento do ENDA;
- Limitação de 2 anos de mandatos aos membros dos órgãos nacionais, onde apenas a Ana Gabriela, da FAP, discordou;
- Prever a destituição de um membro por maioria qualificada, com mínimo de proponentes. Esta alteração terá de ser feita no Regimento para depois se alterar no Regulamento.

No ponto 2, “**Consulta interna e externa na ordem de trabalhos**”, Duarte Lopes começou por abrir a discussão das propostas definidas na última reunião:

- Existência de ENA para a articulação da ordem de trabalhos;
- Existência de ENA para a auscultação, pela comissão organizadora, da ordem de trabalhos;
- Auscultação, por e-mail, dos organismos de gestão do Ensino Superior, questionando sobre temas sobre os quais gostariam de obter a posição do movimento estudantil, para posteriormente ser avaliado em ENA, em conjunto com a Comissão Organizadora;
- Definir quais seriam as entidades externas de auscultação.

Relativamente ao primeiro ponto, todos concordaram que deveria haver um ENA para a articulação da ordem de trabalhos.

João Machado sugeriu a criação de um plenário para “Outros Assuntos”, onde as AEs poderiam levar moções que não pudessem ser incluídas na ordem de trabalhos.

Henrique Gil, considera que fazer uma audição prévia pode condicionar aquele que é o debate sobre determinados temas. Ana Cabilhas, partilha destas duas opiniões, considerando que pode ser estranho sermos nós a questionar as instituições sobre temas que as AEs deveriam estar a par. Para além disto, questionou os presentes se têm sentido que isto tem vindo a ser uma necessidade.

João Pedro, partilhou o exemplo da FNAEESP, dizendo que existem algumas entidades, como o CCISP, que o procuram para obter o parecer dos estudantes do ESP e que esta articulação, quando acontece, é positiva e útil.

Ricardo Nora concorda que esta auscultação deve ser feita informalmente, mas que formalmente não, uma opinião em que todos os presentes concordaram.

Duarte Lopes resumiu as propostas acordadas entre todos:

- Existência de ENA para a auscultação, pela comissão organizadora, da ordem de trabalhos;

No ponto 3, “**Seguimento e feedback**”, Duarte começou por partilhar a opinião de que deveriam ser definidas, não necessariamente de forma taxativa, em Regimento, algumas noções básicas de formas e timings de envio, de seguimento e de feedback das moções aprovadas e partilhadas com os respetivos destinatários.

João Machado concordou, acrescentando que o movimento deve estar em conhecimento (em CC) no envio dos emails. Ana Gabriela acrescentou que seria importante definir que AEs estariam em CC, ao que Duarte Lopes sugeriu serem as estruturas presentes em ENA.

Ana Gabriela referiu que colocar o ENA em CC, pode gerar um sentido de desconfiança para com a comissão organizadora, sugerindo que deveria haver uma obrigatoriedade do agendamento de reuniões para discussão dos temas relevantes.

Duarte Lopes resumiu as propostas acordadas entre todos:

- Compromisso de agendamento de reuniões e de partilha dos documentos enviados.

No ponto 4, “**Ligação e contacto com Entidades Externas e Componente Formativa (ideias/sugestões externas)**”, Duarte Lopes colocou à discussão as propostas definidas na última reunião:

- Momentos formativos;
- Definição de áreas para os momentos formativos, por exemplo, política educativa,
- organização interna das estruturas.

João Pedro partilhou que pode ser relevante para as AEs mais pequenas, especialmente porque dá-lhes uma oportunidade de dinamizar e de participar no ENDA. Acrescenta que para isto acontecer deveríamos rever o modelo do ENDA.

Wilson Carmo considerou que o ENDA deveria ser um fórum de discussão e de formação dos dirigentes associativos, sendo que seria interessante trazer indivíduos que viessem falar sobre um dos temas dos plenários, dando algum contexto aos mesmos. Acrescentou que esta vertente formativa não deveria estar redigida no regimento de forma vinculativa, mas que a organização deveria poder decidir incluir ou não.

Ricardo Nora leu o ponto 5.º do artigo 15.º, defendendo que estaria bem escrito. Para além disto, destacou a importância de não haver um conversa ou formação dada por alguém que possa ter uma opinião definida, criando algum viés na discussão das moções posteriores.

Duarte Lopes resumiu as propostas acordadas entre todos:

- Não proceder alterações, mas sim retomar a prática.

Passando para mais tarde o ponto 5, no ponto 6, “**Arquivo e Repositório**”, Duarte Lopes abriu a discussão às propostas da última reunião:

- Existência de uma moção aprovada, na sua generalidade, anualmente ou bianualmente, sendo que as moções apresentadas em ENDA seriam propostas de

alteração à moção existente, no sentido do seu enriquecimento, aprofundamento ou alteração.

Sobre o local do arquivo/repositório, João Pedro referiu que a AEISEP foi a última a utilizar o site com este repositório, pelo que será importante falar com eles e perceber o estado atual, bem como funcionava quando estava em vigor.

Relativamente à existência de uma moção global, João Machado referiu ter algumas reservas, considerando que a discussão pode ser afinada e questionada como poderia ser a estrutura do documento. Levantou também a questão dos tipos de moções presentes na moção global, ao que Duarte Lopes esclareceu que seriam apenas as moções genéricas com temas centrais e estruturais, algo com o qual João Machado concordou.

Ana Gabriela defendeu que a conceção é positiva, mas que a prática pode ser difícil. Depois questionou quem terá a responsabilidade de proceder às alterações. Duarte Lopes sugeriu que fosse a Comissão Organizadora.

João Machado questionou se o documento não poderá ficar excessivamente grande, ao que Wilson Carvalho respondeu que prefere um documento destes mais extenso, ao invés de estar sistematicamente a aprovar moções semelhantes. Duarte Lopes acrescentou que não ficará muito mais extenso, uma vez que a parte de contextualização será sempre semelhante.

João Pedro questionou o objetivo e a utilidade final desta moção. Duarte Lopes referiu que a lógica será trabalhar com uma base de trabalho, apresentando, na mesma, apenas as moções aprovadas. Finalizando o assunto, João Pedro, deu a nota que independentemente da decisão sobre a moção global, o repositório/arquivo deveria existir.

Duarte Lopes resumiu as propostas acordadas entre todos:

- Existência de um repositório/arquivo com todas as moções;
- Existência daquele Documento Global cuja atualização será da responsabilidade da estrutura organizadora.

No ponto 5, “**Comunicação Social e Impacto do ENDA**”, João Machado deu início à discussão, dizendo que considera que deveria ser permitida a presença da comunicação social nos plenários, uma vez que isto iria permitir criar um maior mediatismo à volta do movimento associativo. Sendo um risco, mas um risco que valerá a pena ter.

João Pedro considerou que não seria algo benéfico, uma vez que os jornalistas depois terão a liberdade de escolher o que sai do plenário e isto pode não ter um resultado positivo.

Ricardo Nora considerou que devemos criar algum tipo de momento dedicado à imprensa e que este não deve incluir os plenários. Para além disto, partilhou que deveria ser nomeado alguém para ser entrevistado. Ana Gabriela e Duarte Lopes concordaram com a existência deste momento, sendo que Ana Gabriela acrescentou que este espaço deveria estar definido em ENDA, não causando constrangimentos à imprensa.

Duarte Lopes sugeriu o porta-voz da comissão organizadora como a pessoa a ser entrevistada, algo que todos concordaram.

Duarte Lopes resumiu as propostas acordadas entre todos:

- Conferência de imprensa no final do último plenário, sendo um membro da comissão organizadora o porta-voz.

No ponto 7, “**Modelo de votação e representatividade do ENDA**”, abriu a discussão às quatro propostas apresentadas na última reunião:

- Representatividade direta: cada associação possui número de votos com proporcionalidade direta do número de estudantes que representa;
- Modelo Misto: as votações em ENDA são aprovados em ambos os modelos, representatividade direta e voto único por associação;
- Votos correspondentes por UOEI: Cada associação tem o número de votos correspondentes à Unidades Orgânicas que representa, normalizando as diferentes Associações Estudantis;
- Aprovações com mais representatividade: são aprovados em ENDA votações que obtenham mais de 75%/80%, dos votos dos delegados.

João Machado começou por explicar o modelo misto, que corresponde ao modelo existente na FAL, as eleições têm de passar por dois momentos de voto: um semelhante ao atual modelo do ENDA, onde cada AE tem direito a um voto; e um outro proporcional, onde cada AE tem um número de votos dependente do número de estudantes que representa, mais especificamente, tem um voto para cada mil estudantes, com um voto mínimo por associação. Acrescentou que um documento só é aprovado quando tem a maioria simples nos dois modelos de votação. Nesta senda, defendeu este modelo, por uma questão de coerência e por considerar que o atual modelo não é justo.

João Pedro considerou que todas as suas associações devem ter o mesmo número de votos, independentemente do número de estudantes que representa, assim como acontece na FNAEESP, internamente. Justificou a posição afirmando que algumas associações, estando em zonas no país mais pequenas, representam, necessariamente, menos estudantes, algo que não irá ou poderá ser alterado. Ao que João Machado esclareceu que com o modelo misto, o fator unitário mantém-se.

Wilson Carmo considerou importante termos um modelo que reflita o número de unidades orgânicas e a respetiva representatividade. Refere que devemos pensar nesta questão como escolher o melhor modelo para o ensino superior e não para cada uma das AEs, sendo que isto passará pela garantia da representatividade. Não sendo o modelo ideal, defende o modelo misto.

Henrique concordou com um modelo igual ou semelhante ao modelo da FAL, destacando que este deveria ter em consideração o voto nominal de cada instituição, transpondo para o número de estudantes que representa e tendo em conta a localização da instituição de ensino, numa perspetiva de valorização da descentralização. Para além disto, destacou o modelo da FADU, de delegados, como sendo um bom modelo.

Cesário Silva, da AAC, interveio dizendo que não concorda com o modelo com base nas Unidades Orgânicas, uma vez que será estar dependente da organização interna da Universidade e poderia não representar os estudantes representados. No seguimento, Wilson Carmo sugeriu ser por Áreas Científicas, ao que Cesário considerou que trazia o mesmo problema, da falta de reflexão dos estudantes representados pela instituição, dando o exemplo que, na maioria das instituições de ensino, existem muito mais estudantes a frequentar a área de engenharia do que outras áreas. João Machado concordou com a visão de Cesário.

Ana Gabriela defendeu o atual modelo, pela coerência interna e porque FAP dá igual peso a todas as suas associações de estudantes. Acrescentou que, considerando as diferentes posições dos diferentes representantes presentes na reunião, deve ser definida a forma de apresentação dos vários modelos no ENDA, ao que Duarte Lopes responde que, tal como todos os outros pontos falados em reunião, será apresentado o modelo que obteve maior concordância.

Duarte Lopes não concorda com o presente modelo, uma vez que um estudantes tem um valor diferente consoante a Universidade que frequenta. Duarte Lopes defendeu que um modelo justo, é aquele que reflete um maior sentido de democracia, ou seja, de representatividade dos estudantes. Finalizou, dando o exemplo das eleições do governo nacional onde ninguém estranha que os diferentes concelhos, com diferentes números de eleitores, elegem um número diferente de deputados, com base nesse mesmo número de eleitores.

Ana Gabriela interveio dizendo que o ENDA é um encontro nacional de direções associativas e que o problema estará na génese e na forma como cada estrutura está organizada. Wilson Carmo respondeu dizendo que cada estrutura deve ter a liberdade de escolher a forma que

considera ser a sua melhor organização, independentemente do número de votos que pode vir a ter no ENDA.

Wilson Carmo acrescentou que a realidade é que aquilo que sai do ENDA é a visão do movimento associativo e que, com este modelo, os estudantes que fazem parte deste movimento têm pesos diferentes de voto, o que não é justo ou democrático.

Ricardo Nora está de acordo com o modelo misto, considerando-o um meio termo mais justo. No seguimento, João Machado disse que estaria confortável com uma adaptação do modelo misto da FAL para um modelo onde a maioria poderia ser, por exemplo de 60% e não de 50% ou o momento do voto representativo poderia valer mais do que o momento de voto unitário. Ao que Ricardo Nora discordou, dizendo que estaríamos a manter a injustiça ao continuar a perder a representatividade e democracia do modelo de votação.

João Pedro interveio dizendo que a maioria das AE's não estão tão contextualizadas para a política educativa como estão as Associações Académicas. Para além disto, estas AE's ainda têm de fazer um esforço financeiro, uma realidade significativamente diferente das AA's. Neste sentido, para a FNAEESP é muito difícil ter este trabalho ao mesmo tempo que lhes diz que a sua AE tem um peso diferente das restantes. Ao que Ricardo Nora, Wilson Carmo e Duarte Lopes responderam que o que deveria interessar era o peso dos estudantes que representa, e esse, com o novo modelo, seria igual para todos. Acrescentando que um ENDA defende a posição dos estudantes e não das Associações.

Ana Gabriela, no seguimento de um ponto levantado por Duarte Lopes, de uma também necessidade de maior debate no ENDA, sugeriu o modelo onde são aprovadas votações que obtenham mais de 75%/80%, dos votos dos delegados. Duarte Lopes respondeu que este modelo continuava a não ser justo e que esse não será o principal objetivo, mas sim a representatividade, e que a correção desta falta de democracia poderá, por si só, levar ao aumento do debate nos plenários.

Duarte Lopes fez, de seguida, uma reflexão sobre quais poderão ser as diferenças práticas dos dois modelos, explicando que, com o modelo misto, as preocupações relativas às AEs da FNAEESP e da FAP não fazem sentido, uma vez que continuam com o voto unitário. Assim, questionou se o desconforto estaria no outro momento de votação, baseado na representatividade, onde cria a possibilidade das Associações Académicas validarem ou não determinado posicionamento. Acrescentou que no modelo agora sugerido pela Ana Gabriela, esta possibilidade não existe e não resolve a questão da representação democrática e justa de todos os estudantes. Duarte Lopes interveio dizendo que a forma como cada estrutura se gere não pode influenciar a gestão de outras.

João Pedro interveio para explicar que o número de estudantes não é um fator, para ele, preponderante, uma vez que representa AEs e não as quer distinguir, ao que Henrique

destacou que as AEs representam os estudantes e são elas que votam no ENDA e não a FNAEESP.

João Machado finalizou as suas intervenções partilhando que o modelo unitário prejudica os Estudantes mas beneficia as Associações e no modelo proporcional o contrário, encontrando assim um equilíbrio entre estes dois no modelo misto.

Este ponto foi o que gerou mais discórdia, não sendo consensual o modelo de voto a adotar, a FAP e FNAEESP concordaram com o modelo atual, enquanto que os restantes, e portanto a maioria, propuseram o seguinte modelo:

- O Modelo Misto, semelhante ao da FAL, onde as votações em ENDA são aprovados em ambos os modelos, representatividade direta e voto único por associação, sendo que um documento só é aprovado quando tem a maioria simples nos dois modelos de votação.